



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCIENE INÁCIO

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA POSITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
representações da cultura afro-brasileira no ambiente escolar

JOÃO PESSOA - PB

2020

LUCIENE INÁCIO

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA POSITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
representações da cultura afro-brasileira no ambiente escolar

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Federal da Paraíba, como pré-
requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Surya Aaronovich
Pombo de Barros

JOÃO PESSOA - PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

I35c Inácio, Luciene.

Construção da identidade negra positiva na Educação Infantil: representações da cultura afro-brasileira no ambiente escolar / Luciene Inácio. - João Pessoa, 2020.
78 f. : il.

Orientação: Surya Aaronovich Pombo de Barros.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação Infantil. 2. Identidade negra positiva. 3. Racismo. I. Barros, Surya Aaronovich Pombo de. II. Título.

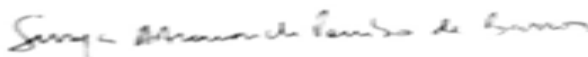
UFPB/BC

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA POSITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
representações da cultura afro-brasileira no ambiente escolar

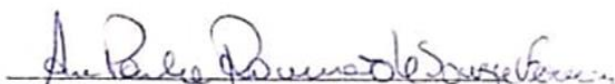
LUCIENE INÁCIO

DATA DA APROVAÇÃO: 03/04/2020

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Surya Aaronovich Pombo de Barros
Orientadora



Profª Drª Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Avaliadora



Profª Drª Maira Lewtonuk Espindola
Avaliadora

JOÃO PESSOA - PB

2020

DEDICATÓRIA

Indubitavelmente, dedico este trabalho à minha mãe Nilda, o amor da minha vida todinha, pelo exemplo de caráter, luta, força e por uma vida cheia de dedicação e amor. Obrigada por carinhosamente acreditar neste sonho e me motivar todos os dias!

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus pela vida e por permitir que tudo se tornasse realidade.

A Andeson Bruno, por ser incentivador, e não medir esforços para que meu sonho se concretizasse.

Aos meus familiares, de modo especial a meus sobrinhos e sobrinhas pelo apoio nessa etapa difícil e cheia de surpresas, além de suportarem a minha constante ansiedade.

A turma mais excepcional do mundo (2015.1) que me acolheu e apoiou sempre, dividindo comigo as tristezas e alegrias.

Aos meus professores e professoras da Universidade Federal da Paraíba, que me promoveram aprendizados e contribuíram com minha formação.

À minha professora orientadora Surya Aaronovich Pombo de Barros, pelo incentivo e, principalmente pela tranquilidade transmitida nas orientações, conseguindo acalmar meu coração ansioso.

Enfim, agradeço direta e indiretamente a todos que contribuíram e me apoiaram nessa caminhada. Meu muito obrigada!

Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.

Edward Carr, 1996

RESUMO

A escola é um espaço onde a diversidade se faz presente. Nela aonde quer que se vá encontramos o diferente. As instituições educacionais deveriam ser o lugar onde os sujeitos pudessem construir sua identidade positivamente, manifestando sua cultura sem quaisquer discriminações, ou alvo de racismo. O presente trabalho teve como objetivo investigar como a identidade da criança negra é construída em uma unidade de educação infantil. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com a realização da pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário com profissionais da educação infantil (duas docentes, gestora e psicóloga) e observação do cotidiano escolar da Escola de Educação Básica, localizada no município de João Pessoa-PB. Dentre os resultados destacamos que mesmo a escola afirmando ser contra o racismo, foi possível perceber que a discriminação apresentou-se de maneira não verbal. Como formas de enfrentamento as educadoras devem promover situações em que a criança reconheça suas particularidades positivamente, e saiba conviver com a diversidade existente no ambiente escolar/na sociedade. Ao final deste trabalho destacamos que a formação das profissionais deve ser obrigatória e promova aquisição mais específica sobre conteúdos como questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil. Identidade negra positiva. Racismo.

ABSTRACT

The school is a space where diversity is present. In it wherever we go we find the different. Educational institutions should be the place where subjects can construct their identity positively, manifesting their culture without any discrimination, or the target of racism. The present work aimed to investigate how the identity of the black child is built in a unit of early childhood education. The adopted methodology was of qualitative nature, with the accomplishment of the field research, through the application of a questionnaire with professionals of the infantile education (two teachers, manager and psychologist) and observation of the daily school of the School of Basic Education, located in the city João Pessoa-PB. Among the results we highlight that even though the school claiming to be against racism, it was possible to perceive that discrimination was presented in a non-verbal manner. As ways of coping, educators should promote situations in which the child positively recognizes their particularities, and knows how to live with the existing diversity in the school environment / in society. At the end of this work, we highlight that the training of professionals must be mandatory and promote more specific acquisition on contents such as issues related to African and Afro-Brazilian history and culture.

Key words: Child education. Positive black identity. Racism.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCAIE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CE	Centro de Educação
CF/88	Constituição Federal de 1988
EEBAS	Escola de Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Autodeclaração	32
Quadro 2: Posicionamento da escola acerca do racismo	34
Quadro 3: Como a questão racial é tratada no PPP	37
Quadro 4: Atividade pensada relacionada a partir da história e cultura africanas e afro-brasileira	39
Quadro 5: Formação (inicial ou continuada) relativas a relações raciais	43
Quadro 6: Importância da Lei 10.639/03	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bonecas de pano	22
Figura 2: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)	38
Figura 3: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)	38
Figura 4: Profissionais que trabalham na escola e alunos.....	40
Figura 5: Profissionais que trabalham na escola e alunos.....	40
Figura 6: Ilustração onde as crianças decidem como quer ser recebida	41
Figura 7: Muros da escola/desenhos de diversas crianças	41
Figura 8: Muros da escola/desenhos de diversas crianças	41
Figura 9: Muros da escola/desenhos de diversas crianças	41
Figura 10: Livro/ quadrinho – Jackson do Pandeiro	42
Figura 11: Saci.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES	20
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	23
2.2 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS.....	24
3. IDENTIDADE NEGRA.....	27
3.1 CONSTRUÇÃO POSITIVA DA IDENTIDADE NEGRA	30
4. INVISIBILIDADE: “[...] LUGAR ONDE A GENTE OBJETIVAMENTE NÃO SE RECONHECE, NÃO SE ENCONTRA, NÃO SE VÊ”	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE.....	52

1. INTRODUÇÃO

A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (PCN, 1997, p. 21).

Desde muito cedo a criança interioriza modelos a partir de informações recebidas pelo meio no qual está inserida, família e a escola. Com isso, o processo de construção da identidade se adapta aos padrões pré-estabelecidos socialmente, tais como valores, crenças e estética. A criança negra frente a essa sociedade tomada por valores brancos, muitas vezes, encontra-se carente de representatividade capaz de fazer reconhecer-se como parte dela. O primeiro contato da criança negra com a sociedade, ao sair do âmbito familiar é a educação infantil. Quando a escola não contribui para uma boa formação, resulta na construção identitária negativa, estereotipada, sem auto aceitação, acaba proporcionando discriminação com a criança. Desta forma, como afirma Gomes,

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (2003, p. 77).

A escola, enquanto espaço de construção de identidade e do saber, bem como das relações sociais, deve ser o lugar em que os sujeitos possam reelaborar conceitos, não só sobre relações raciais, mas sobre a diversidade existente em nossa sociedade. A construção da identidade partirá do contato da criança com o que o meio social lhe apresenta, neste caso, a Educação Infantil.

A Educação Infantil é reconhecida como educação básica inicial, e objetiva-se no cuidar, no brincar e no educar, desenvolvendo as capacidades físicas, psicológicas, intelectuais e sociais, intervindo pedagogicamente de maneira lúdica nas atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança. Assim sendo, fica ainda mais explícito o papel crucial que esta etapa exerce no desenvolvimento identitário das crianças, uma vez que a mesma é onde as crianças terão acesso, convivência e contato direto com a diversidade. E a maneira com a qual elas se veem,

se dará a partir do meio em que estão inseridas, partindo de seus lares, até o contexto escolar.

Diante desse cenário, surgiu o interesse em realizar uma investigação sobre a construção da Identidade da criança negra na educação infantil. E tendo como objetivo principal responder a seguinte pergunta: como a identidade da criança negra é construída em uma unidade de educação infantil? Para isso, também pretendemos identificar se há representações da Cultura afro-brasileira no âmbito escolar. Pretendemos ainda verificar como a escola lida com questões acerca da identidade negra de acordo com o que preceitua a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). Finalmente, contextualizaremos as práticas docentes, destacando como elas contribuem na construção da identidade da criança negra na educação infantil.

A pesquisa se justifica pela pertinência em investigar e compreender como a escola e as práticas docentes contribuem na construção da identidade da criança negra no âmbito escolar. O interesse de pesquisar tal temática surgiu em 2018, no Fórum de Educação Infantil da Paraíba que aconteceu no Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) UFPB – CAMPUS IV em Mamanguape/PB), depois de ser ouvinte numa palestra com a Professora Doutora Tárzia Regina da Silva, que abordava o tema *Possibilidades de Educação Antirracista*. Até então, não havíamos definido o tema para minha pesquisa de conclusão de curso. Já pretendia que fosse nas áreas de educação infantil, relações raciais e racismo em função de questões pessoais.

Estudar o impacto do racismo na educação infantil, as relações raciais, me trouxe à memória lembranças de alguns anos atrás quando testemunhei momentos de racismo. Minha sobrinha, por ter o cabelo crespo, sofria preconceitos. Alguns dos familiares e coleguinhas a chamavam de apelidos ofensivos que a deixou com vergonha e raiva do próprio cabelo. Apesar de muito diálogo, marcas negativas acerca do seu cabelo ficaram enraizadas a ponto de fazê-la alisá-lo.

O que deveria ter feito a mais para ajudá-la? Como agir para que ninguém passe o mesmo que ela? Como poderei contribuir para a quebra de atitudes racistas, de desigualdade etc.? Tais indagações me fizeram escolher a temática abordada acima, já que a Educação Infantil trata do processo inicial de socialização das crianças, a base. Trabalhar na base com a desconstrução do racismo, dos

preconceitos, deverá nos levar ao reconhecimento do valor de todos os seres humanos, valorização de todas as contribuições, respeito ao ser humano, bem como ao combate ao racismo e à discriminação racial. Desta maneira, pretendemos contribuir para a desconstrução de estereótipos, racismo, preconceitos e práticas discriminatórias em nosso país/ Brasil.

A pesquisa foi realizada no Município de João Pessoa-PB, na Escola de Educação Básica (EEBAS) que é vinculada ao Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A escolha por essa instituição de educação se deu por ser o local onde foram realizados nossos estágios obrigatórios, em educação infantil, fundamental I e fundamental II, e gostaríamos de voltar na escola e ver com um novo olhar, vislumbrar como pesquisadora como se davam as relações raciais naquele ambiente.

A realização desta pesquisa teve como intuito investigar como a identidade da criança negra é abordada na Educação Infantil. A pesquisa foi iniciada pela fase de revisão bibliográfica, que teve como finalidade a preparação do ponto de vista teórico. Isso ocorreu por meio de leituras relacionadas à identidade da criança negra, educação infantil e sobre educação e relações étnico-raciais. Em decorrência desse primeiro momento e, principalmente, considerando o objeto e objetivos traçados, a metodologia abordada neste trabalho foi uma pesquisa de campo de caráter qualitativo.

A pesquisa qualitativa, é realizada com pequenas amostragens. Nela consegue-se extrair dados mais subjetivos, com perguntas abertas, permitindo conhecer mais sobre o indivíduo. Desta forma,

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Logo, a pesquisa qualitativa trata de estudar aspectos subjetivos de um indivíduo, um grupo, uma organização, do comportamento humano. Essa modalidade buscar compreender fenômenos (detalhes e assuntos) em determinado tempo, local e cultura.

Já a pesquisa de campo é uma das etapas da metodologia científica de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus habitats, cenários e ambientes naturais de vivência. Desse modo,

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p.67).

Assim, tal pesquisa utiliza várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem. A mesma está voltada para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades e instituições.

A coleta dos dados aconteceu no período compreendido entre os meses de maio e novembro de 2019. O trabalho iniciou com a autorização da gestora da escola e foi finalizado com a entrega e colheita dos questionários.

Para tanto, foram utilizados como instrumentos a observação não participativa, que como afirmam Brennand, Medeiros e Figueiredo “[...] o pesquisador não se envolve com os acontecimentos relacionados ao objeto de estudo, apenas atua como observador e expectador atento aos fatos” (2012, p. 72). A finalidade foi registrar os dados e acontecimentos relacionados ao problema inicial. As observações foram registradas num diário de campo, com a intenção de complementar algumas informações coletadas com o questionário. Já o questionário, foi construído com dez perguntas abertas. As questões foram elaboradas a partir de problemas que desejamos observar acerca de relações étnica-raciais no ambiente escolar.

A aplicação do questionário foi realizada na própria escola, com docentes, gestora e psicóloga. Inicialmente, sete profissionais foram convidados, porém quatro responderam. Uma docente não quis participar. A coordenadora Pedagógica foi

realocada para outro setor – não sendo possível contatá-la. Portanto, este trabalho está baseado na resposta de duas docentes, da diretora e da psicóloga escolar e na observação durante sete meses que realizei etc. O questionário foi deixado com as participantes da pesquisa, todas elas mulheres, e foi acordado que seriam recolhidos no dia seguinte.

Apesar de total colaboração das profissionais, foi bem difícil coletá-los, houve bastantes imprevistos para recolhê-los. Uma docente esqueceu em casa; outra não teve tempo de responder durante o expediente, deixou para o dia seguinte; uma outra combinou num determinado dia, faltou e não deixou; uma estava em reunião duas semanas seguidas. Desta forma, precisei ir vários dias. Com isso, percebe-se que mesmo concordando em participar algumas não se sentiram atraídas (embora mostrasse que é uma temática relevante), não estavam entusiasmadas em responder. Talvez porque “[...] no nosso país, não se quer discutir as discriminações, especialmente a racial” (SOUSA, 2005, p. 110).

Ou talvez seja porque a escola é um “corpo vivo”. Onde abarca várias dimensões (alunos, funcionários, estagiários, pesquisadores, crianças, entre outros). As pessoas que fazem parte do corpo da escola têm seus diversos compromissos. E ano após ano, inúmeros indivíduos buscam as instituições educacionais para realizarem suas pesquisas e seus estágios (questionários, entrevistas, projetos etc.). E acabam muitas vezes apenas extraído da escola e não retribuem com o resultado de suas análises. Assim, os integrantes das instituições, ficam apenas com a tarefa de interagir, sem retorno ou sem saber os resultados descobertos. Logo, uma carga extra recai sobre as profissionais da escola, tornando enfadonho e árduo o seu dia a dia.

Neste sentido, torna-se compreensível que muitos das profissionais se sintam desmotivadas em participar das atividades “impostas” por educadores e educandos das universidades.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos e as considerações finais. Neste primeiro introduzimos o trabalho, tratando de assuntos como a temática, os objetivos e a justificativa da pesquisa, além de detalhar a metodologia que foi usada.

Já no segundo capítulo, intitulado *Educação Infantil: algumas conceituações*, tratamos das particularidades referentes a essa etapa da educação básica, destinada ao processo inicial de socialização das crianças. Apresento também, como a Educação Infantil surgiu no Brasil e na última seção são abordadas as leis que a asseguram.

No terceiro capítulo, denominado de *Identidade Negra*, discutimos identidade negra e construção positiva da identidade negra, suas singularidades e o papel crucial que a escola tem na contribuição para uma construção positiva da identidade negra.

Já no último capítulo (quatro), nomeado de *Invisibilidade: “[...] lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê”* apresentamos a análise e as discussões feitas sobre os resultados, com base na teoria discutida nos capítulos anteriores e em outras fontes, para melhor interpretação dos mesmos.

Por fim, nas considerações finais, realizamos uma reflexão sobre a problemática em questão.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

As primeiras experiências das crianças na educação infantil são fundamentais para sua formação, pois se tornam, no corpo, o referencial “vivenciado” de concepções e práticas sociais (BRASIL, 1998, p. 63).

A educação é de suma importância para a formação humana, em especial, nas primeiras etapas da vida. Atualmente, chamamos de Educação Infantil a primeira etapa de escolarização. É por meio da educação que garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

A Educação Infantil atende crianças de 0 e 5 anos (de zero a cinco anos e onze meses), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos social, intelectual, físico e psicológico, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2005, p. 29). Esse desenvolvimento, em suas várias dimensões, exige a inseparabilidade do educar e do cuidar no atendimento às crianças.

O principal documento que rege a educação, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi alterada em 2009 (Emenda Constitucional nº 59 [11 de novembro de 2009]), tornando obrigatória a oferta gratuita da educação básica a partir dos 4 anos de idade. (BRASIL, 2016).

A educação infantil é ofertada em jornada diurna de tempo parcial ou integral, por meio de práticas pedagógicas cotidianas. Tais práticas se sustentam nos eixos: interações e brincadeiras (BRASIL, 2017). Desta forma,

[...] e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver [...] conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017, p 25).

Assim sendo, um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento é se conhecer, ou seja, compreender sua identidade. A criança tem o direito de se conhecer, conhecer a sua história, a sua cultura. A escola deve garantir esse direito.

As instituições educacionais precisam proporcionar um ambiente de igualdade das diversas culturas. Suas práticas devem assegurar o direito de igualdade e da permanência da criança no ambiente escolar (BRASIL, 2017). Nenhuma ação, seja qual for (racismo, discriminação, intolerância racial), pode impedir a permanência da criança na escola.

Desta forma, um passo importante para a permanência da criança nas instituições educacionais, é que os profissionais, desde cedo, na educação infantil, nutram discussões acerca dessas temáticas, acerca do combate ao racismo e discriminação.

Embora, dentro da escola ocorram casos de discriminação e racismo, uma parcela de educadores vem tentando combater tais práticas por meio de discussão e propagação. Como ressalta Sousa

Passos importante vem sendo dados e atualmente já contamos com uma considerável parcela de educadores que se preocupam com as discriminações que se dão dentro da escola. A promoção de debates, seminários, atividades culturais e ciclos de estudo sobre pluralidade e diversidade, dentre elas a racial, já se tornam mais freqüentes em muitas escolas (SOUSA 2005, p. 117).

Assim, as práticas pedagógicas voltadas para o ambiente escolar têm que ser pensadas para a diversidade existente na escola. Como enfatiza Gomes (2005), tais estratégias devem promover a igualdade racial no cotidiano da sala de aula. As educadores(as) precisam conhecer sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, para poder denunciar qualquer discriminação e racismo voltadas para o povo negro.

As interações e brincadeiras devem ser pensadas para combater qualquer forma de discriminação. Pois, é nas interações com pessoas/objetos, ou seja, seus pares e com os adultos/diferentes contextos e situações, os indivíduos compartilham informações, ocorrendo assim, a construção de sua identidade e do aprendizado. Para Vygotsky (1991), o desenvolvimento também se dá por meio da interação, ou seja, interação com outros indivíduos e com o meio.

E nas brincadeiras, as crianças representam o mundo e simulam as relações existentes imitando, repetindo, transformando e ampliando suas experiências. Por meio das brincadeiras e dos brinquedos as crianças aprendem regras de convivência e diversos sentimentos.

No entanto, os brinquedos disponíveis nas escolas têm seus padrões voltados para os valores brancos. Eles são geralmente loiros, magros, de olhos claros e altos, voltados para cores claras. Deste modo, podemos questionar: “[...] onde, em nossas salas de aulas, estão os bonecos negros, gordos, velhos, que usam óculos etc.?” (BRANDÃO; TRINDADE, 2010, p. 31). A pesquisa de Brandão e Trindade (2010), mostra ainda que, em grande parte, nas salas de aulas não se vê brincadeiras e brinquedos relacionados a Cultura afro-brasileira. Não se vê brinquedos com padrões diferentes. Assim, para Brandão e Trindade os ditos “anormais” não fazem parte dos brinquedos encontrados nas escolas ou em nossas casas. Tal como aqueles que aparecem na mídia, os corpos “certos” são sempre os magros, altos, loiros e de olhos claros (2010, p. 31).

Logo, percebe-se a importância de apresentar diferentes, diversos tipos de brinquedos na escola, pensados para serem utilizados nas brincadeiras, tais como “bonecos e bonecas, a fim de questionar os tipos físicos tidos como ‘certos’, pois é nos corpos que se inscrevem nossos modos de sermos sujeitos” (BRANDÃO; TRINDADE, 2010, p. 32). Deste modo, as práticas pedagógicas, devem ser intencionalmente planejadas para essa faixa etária, com a finalidade de não reproduzir a discriminação e o racismo na Educação Infantil.

Figura 1: Bonecas de pano



Fonte: UOL ECONOMIA, 10/04/2020

É a partir dessas relações que aprofundaremos a análise sobre como a Educação Infantil vem se desenvolvendo no Brasil.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No curso do século XIX a infância foi vista como uma idade radicalmente diferente em relação à adulta. A entrada das crianças pequenas no espaço público proporcionou uma revisão das concepções a respeito da criança e a sua afirmação como sujeito social, sujeito de direitos. Ações e programas foram pensados para esse “novo” sujeito de direito.

Foi a partir da Constituição Federal 1988 (CF/88), que a educação infantil, identificada neste momento como creche, passou a ser vista como um direito da criança. O artigo 205 declara que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p. 123).

Em 1990 com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ainda na perspectiva da CF/88, determina em seu artigo 29º que a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica. Tendo como “finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2005, p. 17).

Mas, seu surgimento, conhecida inicialmente como jardim de infância, se deu com caráter assistencialista (necessidades básicas, alimentação e sono), com a intenção de auxiliar as viúvas, os imigrantes que passaram a vir da zona rural para a zona urbana e mulheres que trabalhavam fora de casa nas fábricas. Assim, “[...] para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse” (DIDONET, 2001, p. 13).

No Brasil, o surgimento das instituições de educação infantil é recente (século XIX). À medida que passou a ser pensado e incorporado o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, começaram a surgir políticas públicas voltadas para o seu atendimento. Sarmiento e Pinto afirmam que, “as crianças sempre estiveram

presentes no mundo, porém, as condições de vida dos tempos atuais, produziram novas relações para essa categoria, o que, conseqüentemente, tem gerado novas discussões e preocupações” (SARMENTO; PINTO, 1997, p.11).

A Educação Infantil passou a ser vista não só em caráter assistencialista, mas tendo “como finalidade o desenvolvimento integral da criança [...] em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LIBÂNEO, 2012, p. 345).

Leis e políticas foram criadas ao longo dos anos, com a finalidade de assegurar, à criança, o direito à educação de qualidade, à alimentação, à vida, à saúde, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, [...]. A criança passou a ser vista como sujeito de direitos, sujeito que “[...] gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...]” (BRASIL, 2010, p. 11).

Para compreender as políticas públicas, passaremos a refletir sobre a legislação atual que rege a Educação Infantil.

2.2A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Como mencionado anteriormente, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que o atendimento na educação infantil passou a ser um direito, sendo esta obrigatória e gratuita (BRASIL, 2016). Isto é, a educação é “[...] um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de seu pertencimento racial” (CAVALLEIRO, 2005, p. 68).

O artigo 5º da CF/88, garante a plena igualdade de direitos. Ou seja, enfatiza que, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...]” (BRASIL, 2016, p.13). Assim, o meio no qual a criança está inserida deve garantir igualdade de direitos, sem qualquer forma discriminatória.

Nessa fase, no primeiro contato da criança com a escola, é importante trabalhar com a diversidade, com as diferenças de forma positiva. Para desconstruir a ideia do

diferente como algo inferior. Assim, “[...] A ideia de diferença deve ser construída com a criança como algo positivo [...]” (DIAS, 2012. p. 668). E a partir das interações de relações e práticas em seu cotidiano, construir sua identidade pessoal positiva.

No ECA, é reafirmado que, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2017, p. 11). As crianças não devem sofrer nenhuma forma de discriminação, seja etnia, de nacionalidade, sexual, de nível socioeconômico ou classe social.

Pouco tempo depois, a LDB Lei nº 9.394 [1996], além de definir e regularizar a organização da educação do Brasil com base nos princípios da Constituição Federal de 1988, reafirmou que o ensino deve ser pautado na igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 2005). Isso mostra que, mesmo sutil, há importantes avanços em direção a uma educação de igualdade e qualidade. E a LDB reafirma que o ensino deve ser pautado na “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber [...]” (BRASIL, 2005, p. 7).

E para nortear os profissionais da educação, em 1998 foi aprovado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI). Este documento orienta o trabalho a ser realizado com crianças de 0 a 6 de idade. Assim,

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (BRASIL, 1998, p. 13).

Tais exercícios devem estar embasadas nos seguintes princípios: “[...] o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.” (BRASIL, 1998, p. 13).

Ele confirma “o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p. 13).

Ou seja, as práticas educativas (profissionais e instituições) além de serem de qualidade, devem assegurar esses princípios, promovendo o desenvolvimento da identidade, respeito à dignidade, as diferenças individuais, sociais, culturais, étnicas e dignidade. E deve também proporcionar, para as crianças, experiências prazerosas. Neste sentido, a formação dos profissionais da educação tem como finalidade torná-los apto para lecionar para a primeira infância e, para assegurar os direitos das crianças.

Embora existam tantas leis que assegurem esses direitos às crianças, nem sempre as instituições educacionais davam a devida importância a discussões e implementação de um currículo que garantisse práticas educativas voltadas para o “estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira [...]” (Santos, 2005, p. 34).

Foi aprovado em 20 de agosto de 2019 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece cinco campos de experiências (o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver. Logo, com essas experiências, as crianças podem ampliar o modo de perceber a si mesmas (respeitando e aceitando suas diferenças positivamente) e ao outro (respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos), valorizando sua identidade.

Em 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo as lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, sanciona a Lei 10.639/03. Tal lei determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nem escolas públicas e privadas em ensino fundamental e ensino médio (SANTOS, 2005). Desta forma, as instituições educacionais têm a obrigação de ofertar uma educação voltada à identidade da pessoa negra.

Atualmente, mesmo que a Lei 10.639/03 não mencione a Educação Infantil, pesquisadores, docentes, movimentos sociais destacam que é importante para esta etapa. É a partir do reconhecimento dessa importante lei que pensamos em discutir identidade.

3. IDENTIDADE NEGRA

A legislação que rege a Educação Infantil veio assegurar os direitos das crianças. Tais direitos devem garantir o desenvolvimento da identidade, respeito à dignidade, as diferenças individuais, sociais, culturais, étnicas e dignidade. Assim, além de certificar esses direitos, abriu vários leques voltados para diversas discussões acerca da cultura, do racismo, da discriminação e da identidade.

No Brasil, o conceito de identidade vem sendo bastante discutido. Para Silva, “[...] é um tema que vem ganhando espaço na sociedade por meio de discussões sobre a compreensão do homem, suas relações com o mundo, suas diferentes culturas e raças” (2015, p. 14).

Identidade é o entendimento sobre si, entendimento do seu corpo, a partir de suas crenças, do seu conhecimento global. Identidade é individual, mas também é relação com o outro. Isto é,

Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p. 41).

Neste sentido, identidade afirma as semelhanças no sentido de igualdade/ relações e de referências culturais dos grupos sociais e, as diferenças. Isto é, afirma características que nos distingue dos outros, mas também mostra características comuns aos outros. Ela se manifesta através de diálogos e da interação que se estabelece entre grupos e indivíduos.

Desta forma, o desenvolvimento da identidade da criança se dá no convívio com o meio social, especialmente a escola. Neste estágio da vida, a interação social da criança adentra no âmbito escolar saindo do seio familiar. Isso nos mostra o quão importante é o papel da escola na construção da identidade da criança, na construção do eu e nas relações com o outro.

Cabe à escola contribuir para a formação da criança, especialmente no que se refere a sua identidade, buscando organizar tempos, espaços, relações e experiências formativas que permitam a apropriação efetiva de conhecimentos que vão além daqueles que já são presentes no cotidiano das crianças.

Conhecimentos esses que as crianças vão adquirindo sobre si mesmas, sobre sua autoimagem, na construção da sua identidade. Segundo defende o autor, “a definição de uma identidade é sempre dependente da identidade do outro. [...] ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado” (SILVA, 1999, p. 106).

Assim, a educação infantil deve ser um espaço diferenciador na vida da criança, na atuação sobre as capacidades em formação, nas atividades que possibilitem que a criança compreenda e perceba-se, conheça-se. Por ser o primeiro ambiente fora do núcleo familiar proporciona à criança compreensão acerca de sua cultura, sua história, etc. A lei reafirma e reforça que, “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança [...], garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura” (BRASIL, 2017, p 36).

A criança busca referências em seus pares (crianças) e nos adultos que as cercam. Diante disso, a Educação Infantil proporciona que elas se reconheçam enquanto ser humano e enxerguem no outro um ponto de referência. Dessa maneira, as referências que elas procuram, precisam apontar para um ideal que facilite a identificação da sua identidade. Como ressalta Eliane Cavalleiro, “[...] Elas podem, inconscientemente, copiar a conduta do adulto exatamente como elas vêem o adulto atuando à sua volta” (CAVALLEIRO, 2000, p. 16). Com isso, deveriam estar cercadas de representatividade que não seja imposta por valores brancos. Visto que, é importante apresentar diferentes, diversos elementos que auxiliem na representatividade positiva. Pois, pesquisas e denúncias ao longo dos anos mostram que a criança copia a conduta do adulto. Assim, os educadores precisam estar preparados para facilitar a construção da identidade negra positiva e, para ter suporte acerca dessa temática. Como afirma Sousa, “o aumento das pesquisas científicas sobre essa temática vem garantir um suporte teórico importante aos educadores e militante da causa negra” (SOUSA, 2005, p. 118).

Contudo, a situação em que o negro se encontra, ainda no Brasil, alerta para uma problematização que circula as crianças, escola e a construção da identidade negra. Pois, a criança não se identifica com o negro, uma vez que só conhece um lado avesso de sua história. Infelizmente, o negro, brinquedos negros, desenhos, livros – didáticos, filmes, são impostos como algo ruim. Como se a cor negra fosse apenas para destacar o mal, desagradável, inferior, fajuto, insatisfatório, péssimo e fraco. E branca, pessoa branca é imposta como bonito, agradável, como o bem. Com isso, não só as crianças negras acabam sendo afetadas com essas referências, mas também as crianças brancas que acabam reproduzindo estereótipos, racismo, discriminação.

Como declara Sousa,

Observamos, ainda, que quando os textos, livros ou histórias se referem à pobreza, violência e outras mazelas sociais, geralmente, os negros aparecem nos personagens, nas ilustrações e no conteúdo do texto, não raro como protagonistas. Isto vale também para os programas de TV, jornais e revistas. Já nos livros de contos de fada, com príncipes, princesas e heróis, a presença negra é praticamente inexistente, predominando aí os personagens brancos, não raro loiros. E isso não passa despercebido das crianças, sejam elas negras ou brancas. É indispensável, pois, que tais correlações não passem, também, despercebidas dos educadores, para que estes possam retrabalhar tais representações em sala de aula e rerepresentá-las dentro de um referencial que contemple a diversidade humana e o respeito à pluralidade étnico-racial brasileira (SOUSA, 2005, p. 110).

Essas correlações não deveriam passar despercebidas dos educadores, da escola. Trabalhar tais representações dentro do referente positivo deveria ser uma prática constante e que contemplasse a diversidade existente no contexto escolar, na sociedade brasileira.

Deste modo, a escola pode se tornar um importante aliado no combate a estereótipos, racismo, discriminação, mudar a associação da cor negra como algo negativo. A escola deve ser aliada na construção positiva da identidade negra, como discutiremos a seguir.

3.1 CONSTRUÇÃO POSITIVA DA IDENTIDADE NEGRA

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo. Mesmo assim, as situações racistas ainda acontecem com frequência em diversas esferas da sociedade. A escola é uma das esferas que acaba propagando o racismo. Embora se tenha avançado com criações de leis, o racismo ainda é muito presente e a escola acaba reproduzindo-o.

Em uma entrevista recente, Nilma Lino Gomes afirmou que, “[...] O racismo é um fenômeno perverso que autoriza as práticas de violência sobre os corpos negros e os escolhe como as suas vítimas preferenciais” (FERNANDES, MARTINELLI, 2019). Portanto, combater todas as formas de racismo deve ser prioridade desde a primeira etapa da educação básica. Para então assim, combater as práticas de violência contra a criança negra.

Para Sousa, “[...] na cultura racista brasileira já é comum relacionar pessoas negras a coisas negativas, tais definição tendem a consolidar a discriminação, podendo provocar situações muitas desagradáveis para as alunas e alunos negros(as)” (2005, p. 107). Percebe-se que o racismo vivenciado pela pessoa negra faz com que elas estejam em conflito em relação a sua identidade. Assim, uma das maneiras de gerar avanços no enfrentamento ao racismo e ao preconceito é abordá-los desde a educação infantil, trabalhando temáticas positivas acerca da pessoa negra, das diversidades existentes em nossa sociedade.

Construir uma identidade negra positiva em meio a desvalorização, preconceito, racismo, discriminação, numa sociedade que os vê como inferiores, é complexo. Cabe à escola estimular o reconhecimento positivo das diferenças. No entanto, muitas vezes, a escola acaba fazendo um papel inverso. Ela acaba se tornando

[...] um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua autoestima. Isto dá-se, principalmente, pela costumeira vinculação do negro com situações ou coisas pejorativas, através de apelidos e comparações grosseiras e desagradáveis (SOUSA, 2005, 112).

Como afirma Eliane Cavalleiro, “ao reproduzir e disseminar ideologias e conceitos que desvalorizam o grupo negro, o sistema educacional garante às crianças e aos adolescentes negros um tipo de tratamento que dificulta e até mesmo chega a impedir a sua permanência na escola e/ou o seu sucesso escolar” (CAVALLEIRO, 2005, p 68).

A escola tem um papel fundamental na desconstrução dos preconceitos, racismo, discriminação. Deve construir um ambiente onde a construção da identidade negra seja positiva, e não um ambiente onde as crianças neguem seus traços, sua cultura e sua identidade negra. E as brancas, pelo contrário, aprendam a se ver como superior e à negra como inferior. Assim, desde a base, a Educação Infantil, deve ser estimulado o reconhecimento positivo das diferenças.

Na instituição de ensino observada, percebemos que quando se trata da questão racial, ainda há muita lacuna. Na escola aqui estudada, não vimos discussão, questionamentos acerca desta temática. Cavalleiro (2000) enfatiza que, os temas como racismo e etnia são poucos, e muitas vezes acabam nem sendo discutidos nas escolas.

Gomes afirma que,

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro [...] (2005, p. 60).

Com isso, percebe-se a importância do debate na escola. Pois ela é imprescindível para enfrentamento e combate ao racismo. Pois, se não é discutido, subentende-se que não tem importância e acabam tornando-se invisíveis.

Desse modo, passaremos a analisar, no próximo capítulo, como a escola/profissionais da Educação Infantil contribuem na construção positiva da identidade negra.

4. INVISIBILIDADE: “[...] LUGAR ONDE A GENTE OBJETIVAMENTE NÃO SE RECONHECE, NÃO SE ENCONTRA, NÃO SE VÊ”¹

Para o alcance dos objetivos traçados nesta pesquisa e obter mais facilidade e sua análise, optamos por tabular as respostas do questionário. As mesmas serão discutidas a partir das respostas dos participantes. E serão apresentados em forma de tópicos, a saber: a) Cor/raça; b) Racismo: posicionamento da escola; c) PPP: o que se é pensado acerca das questões raciais; d) Planejamentos/atividades: questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira; e) Formação (inicial ou continuada): lidar com questões relativas a relações raciais; e, f) Importância da Lei 10.639/03.

Na parte final da pesquisa/questionário, foi pedido às participantes que respondessem algumas questões. Essas questões serão apresentadas em quadros e irão nortear as discussões. Iniciamos, no primeiro ponto a ser discutido, com o referente tópico:

a) Cor/raça

Quadro 1: Autodeclaração

Participantes	Cor	Sexo	Turno
GESTORA	Parda	F	Matutino
PSICÓLOGA	Parda	F	Matutino
DOCENTE (1)	Parda	F	Matutino
DOCENTE (2)	Mestiça	F	Matutino

Fonte: Elaborado pela autora

¹ Marielle Francisco da Silva (conhecida como Marielle Franco) - socióloga e política brasileira. Defendia o feminismo, os direitos humanos (...).

A partir desse quadro, é possível identificar que a maioria das participantes se declararam como pardas. Contudo, no que se refere a discriminação e racismo, não há distinção entre ser negro, pardo ou preto.

Como afirma Gomes,

[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002, p. 13 apud GOMES, 2005, p. 39).

Dessa forma, mesmo com a autodeclaração de pardo ou preto, o indivíduo ainda está sujeito a sofrer racismo e discriminação.

Para entender um pouco sobre o porquê do não querer ser negro no Brasil, do porquê há resistência na autodeclaração, devemos recordar a abolição da escravatura. E como esclarece Santos

A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afrobrasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição em 13 de maio de 1888) da discriminação racial e das conseqüências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros (SANTOS, 2005, p. 21).

Desta forma, o indivíduo pertencente a um grupo diferente, nesse caso, povo negro, recebe um tratamento injusto, baseado em preconceitos, discriminação e racismo. Portanto, ser negro no Brasil, ainda estar sujeito a inferiorização, estereótipos e associação negativa veiculada a pessoa negra. Ou seja, se declarar negro, ainda significar estar sujeito a sofrer racismo, preconceito e discriminação. Pois, além de ter uma história de povo escravizado, tem suas características físicas e culturais associado a inferioridade, ao negativo, ao desagradável. Também tem o discurso, imposto ao corpo negro, que é exposto por meio do preconceito, humilhações e violências.

Lutas devem continuar no enfrentamento do racismo, da discriminação, da associação da pessoa negra ao negativo, não podemos aceitar o silenciamento dessas temáticas no ambiente escolar. Como enfatiza Cavalleiro, “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola” (2000, p. 98). A escola, enquanto lugar de construção de identidade e do saber deve ser o local em que as crianças possam reelaborar conceitos, não só sobre relações raciais, mas sobre a diversidade existente em nossa sociedade.

Neste sentido, a instituição de ensino precisa trabalhar temáticas relacionados às questões étnico-raciais. Trabalhar as diversidades existente em nossa sociedade. Ela deve promover e contribuir para minimizar o racismo existente no ambiente escolar, ofertando discussões claras e visíveis.

No quadro a seguir veremos as respostas das participantes acerca de como a escola se posiciona contra o racismo.

b) Racismo: posicionamento da escola

Quadro 2: posicionamento da escola acerca do racismo

Participantes	Respostas
GESTORA	Sim. E na medida do possível realizamos ações e projetos com a temática.
PSICÓLOGA	A escola procura promover atividades e direcionamentos que fomentem o respeito ao próximo, independentemente de suas características individuais.
DOCENTE (1)	Sim. Todos os professores.
DOCENTE (2)	A EEBAS com certeza é uma escola que o tempo todo reflete suas práticas para combater o racismo.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir das respostas citadas acima, percebemos que a escola declara que é contra o racismo. No entanto, Souza relata que,

O fato de, muitas vezes, o racismo não ser explicitado verbalmente, não o torna menos presente e agressivo no dia-a-dia dos alunos e alunas negros(as), pois há muitas outras maneiras pelas quais ele se manifesta na cultura brasileira: privilegiam-se os brancos, reconhece-se este biotipo como aquele que representa a beleza estética e intelectual da raça humana e ainda acha-se normal que este segmento da população detenha o poder político, econômico, cultural e religioso; como se fosse algo natural e não resultado da organização histórica capitalista, discriminatória e excludente da sociedade brasileira (SOUSA, 2005, p. 110).

Percebemos que mesmo a escola afirmando ser contra, e que promove atividades, ações e projetos para minimizar o racismo, muitas vezes a discriminação vem de maneira não explicitada verbalmente.

A docente da Educação Infantil trabalhou sobre a vida de Jackson do Pandeiro (abordado com mais detalhes a frente). Em meio às atividades, uma era ler uma história sobre a vida do cantor. Enquanto a professora lia, uma das crianças (negra) estava falando com o colega, ela pediu para que ele fizesse silêncio e prestasse atenção na narrativa. A criança voltou a comentar algo com o amigo. Ela, grosseiramente, pediu que se retirasse do círculo e fosse se sentar em sua cadeira (professora). E continuou lendo. Enquanto lia, fazia alguns questionamentos. O garoto tentou participar da atividade mesmo fora da roda de conversas. No entanto, ela nem sequer deu atenção as respostas do menino.

Uma outra criança (branca) também conversou durante toda a história. Contudo, mesmo pedido que fizesse silêncio, a criança continuou conversando e mexendo com os demais colegas. No entanto, não teve a mesma censura, como com a criança negra. Ou seja, muitas vezes, o racismo está presente no privilegiar o indivíduo branco.

Como relata Cavalleiro

[...] a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade, visto que, diariamente, recebe provas fartas dessa premissa. A escola, assim, atua na difusão do preconceito e da discriminação. [...] Tais práticas, embora não se iniciem na escola, contam com seu esforço, a partir das relações diárias, na

difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidades em relação ao grupo negro (2000, p. 99).

Tais práticas são reforçadas, na escola, onde deveriam ser combatidas.

Em nossas observações, percebemos que as críticas mais severas eram voltadas para crianças negras. Críticas como:

_Ele não sabe brincar, se suja todo (DOCENTE 1 – sobre criança negra);

_Fala engraçado, é muito danado, ainda bem que não veio hoje (DOCENTE 1 – sobre criança negra);

_Fica muito na dela, não socializa, não brinca com os demais (DOCENTE 1 – sobre criança negra).

Em nosso estágio obrigatório (feito nesta instituição), não havíamos percebido que críticas mais rigorosas eram voltadas às crianças negras. Só percebemos quando olhamos mais criticamente para as questões raciais. Mesmo que não tenhamos visto tais críticas, no primeiro contato com a escola, elas se faziam presente no ambiente escolar. Talvez não tenhamos visto por que acreditávamos que aquele espaço estaria livre do racismo. Mas como afirma Sousa

Olhando a escola com olhos menos críticos podemos ter a sensação de ser aquele um espaço totalmente sadio e inofensivo. Crianças e jovens correm, brincam, discutem, sorriem, tocam-se. Na sala de aula, sentam-se lado a lado, conversam, brincam e, às vezes, até se ajudam. É natural ainda que, logo à primeira vista, deparemo-nos com uma diversidade de cores de pele. Do branco ao negro, o número e nomes das cores epidérmicas podem variar ao bel-prazer do observador. Isso dá-nos uma sensação de estarmos, de fato, num “paraíso racial” (SOUSA, 2005, p. 108).

No entanto, o racismo se faz presente no ambiente escolar. Como enfatiza Cavalleiro

[...] o sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com

destaque para os pertencentes à população negra (CAVALLEIRO, 1998 apud CAVALLEIRO, 2005, p. 68).

Mesmo que o discurso seja que questões raciais são trabalhadas no contexto escolar, o racismo e a discriminação se fazem presente e, ainda há muito que se fazer para que a criança construa sua identidade negra positiva.

As práticas das profissionais devem proporcionar um ambiente positivo de igualdade das diversas culturas. Precisa, desde cedo, na educação infantil, nutrir discussões acerca dessas temáticas, acerca do combate ao racismo e a discriminação.

Já sobre as questões raciais no Projeto Político Pedagógico (PPP), elas responderam o seguinte:

c) PPP: o que se é pensado acerca das questões raciais

Quadro 3: Como a questão racial é tratada no PPP

Participantes	Respostas
GESTORA	Como ação diária de observação e intervenção. Estamos sempre propondo atividades e projetos neste tema.
PSICÓLOGA	São reconhecidas o respeito à diferença sem que qualquer característica física seja valorado, nem para aumentar ou diminuir à ninguém. Algumas atividades que tratem sobre a negritude, as raízes étnicas e misturas de raças que marcam a nossa população.
DOCENTE (1)	Trabalhamos o ano inteiro com as diferenças, mas quando notamos algum tipo de racismo intensificamos. Também damos mais visibilidade no dia da consciência negra.

DOCENTE (2)	O PPP da escola inclui a lei 10.639/03 e, busca a partir de diversas ações problematizar e incluir a cultura afro-brasileira nas atividades.
-------------	--

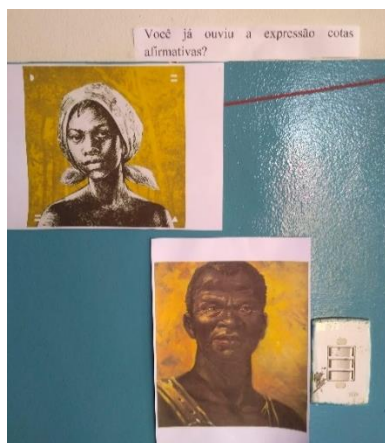
Fonte: Elaborado pela autora

Apesar das respostas serem que há ação diária, respeito às diferenças, inclusão da Lei 10.639/03 no PPP, vimos que só foi trabalhado acerca da pessoa e da cultura negra no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Isso mostra que,

Essa realidade confirma o desconhecimento, o despreparo e, em algumas situações, o desinteresse por parte dos profissionais da educação em propiciar um cotidiano que respeite a diversidade ali presente e que proporcione igual desenvolvimento para as crianças que nele sistematicamente se apresentam (CAVALLEIRO, 2005, p. 84).

A escola enquanto espaço de diversidade, muitas vezes, acaba não dando visibilidade às diferenças. Os indivíduos que a compõem, neste caso as crianças negras da Educação Infantil, não conseguem se ver, não conseguem construir uma identidade negra positiva. Ela ainda vê e mostra o negro como povo secundário, que ganha visibilidade apenas no período do dia da Consciência Negra em 20 de novembro. Atividades voltadas para a cultura negra, em alguns casos, são visíveis em datas comemorativas, em momentos específicos como, 13 de maio e 20 de novembro.

Figura 2: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)



Fonte: acervo da autora

Figura 3: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)



Fonte: acervo da autora

Assim, como mostra Eliane Cavalleiro

Os professores se dizem preocupados com a discriminação racial e os preconceitos presentes no cotidiano escolar, mas se mostram desconhecedores de práticas pedagógicas anti-racistas, de leituras que amparem o trabalho profissional em sala de aula e desconhecedores das conseqüências/ efeitos do racismo e seus derivados para os alunos brancos e negros e para a sociedade brasileira, em sentido amplo (CAVALLEIRO, 2005, p. 82).

Mesmo as profissionais falando que há ações e intervenções, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. É preciso se pensar em práticas pedagógicas antirracistas diárias. Ou seja, elas “devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula” (GOMES, 2005, p. 60).

Como veremos nas respostas a seguir, as docentes relatam que contemplam em seus planejamentos questões relacionadas a partir à história e cultura africanas e afro-brasileira.

d) Planejamentos/atividades: questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira

Quadro 4: atividade pensadas/ relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira

Participantes	Respostas
GESTORA	Com certeza. Nas aulas e em todas as disciplinas procuro contemplar.
PSICÓLOGA	Algumas atividades docentes, sim.
DOCENTE (1)	Sim, na questão de hábitos, culinária, músicas e danças.
DOCENTE (2)	Sim. Em especial, nas aulas de história e língua portuguesa.

Fonte: Elaborado pela autora

A escola tem sido um lugar onde a criança negra não consegue se vê positivamente. Assim, “a sala de aula e a escola como um todo tem se caracterizado como um espaço de conflito no qual as crianças e adolescentes, negras e negros, sentem dificuldade de consolidar, positivamente, sua identidade e sua autoestima” (SOUSA, 2005, p. 112). Existem elementos, imagens e indivíduos (nos muros da escola há imagens de diversas crianças; na estrada da sala de aula tem uma ilustração onde as crianças decidem como querem ser recebida/abraço, aperto de mão etc.; profissionais/trabalham na instituição e alunos), porém eles estão tão ocultos que acabam se tornando invisíveis.

Deste modo, as instituições educacionais se tornam um ambiente onde a criança não se vê, não se reconhece, não se encontra. Ou seja, os elementos impostos são ignorados de tal forma que se tornam mais um objeto na paisagem.

A seguir, os elementos/ilustrações/imagens contidas na escola:

Figura 4: Profissionais que trabalham na escola e alunos



Fonte: acervo da autora

Figura 5: Profissionais que trabalham na escola e alunos



Fonte: acervo da autora

Figura 6: Ilustração onde as crianças decidem como quer ser recebida



Fonte: acervo da autora

Figura 7: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



Fonte: acervo da autora

Figura 8: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



Fonte: acervo da autora

Figura 9: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



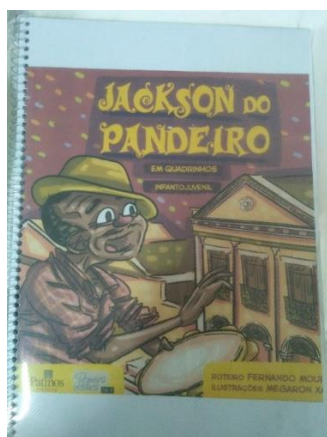
Fonte: acervo da autora

Em 2019 foi o centenário de Jackson do Pandeiro. Assim, foi decretado² que a comunidade escolar homenageasse a vida e obra do cantor. Então, a escola preparou tudo para que todas as apresentações de São João fossem sobre Jackson.

² <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/10/Diario-Oficial-03.10.2018.pdf>

Na sala de aula foi trabalhado pintura, foram criados cartazes, falado o instrumento que ele usava no palco, sobre a naturalidade, mas não foi mencionado a sua identidade. A professora perdeu a chance de trabalhar a representativa da pessoa negra, de trabalhar sobre representatividade positiva.

Figura 10: Livro/ quadrinho – Jackson do Pandeiro



Fonte: acervo da autora

Figura 11: Saci



Fonte: Pinterest, 14/03/2020

E na semana do folclore brasileiro, 22 de agosto, uma das atividades era sobre as lendas. A professora leu a história do saci. Durante a leitura, uma criança enfatizou que o saci era marrom. A docente, não deu atenção e seguiu com a narrativa. Essa seria mais uma oportunidade para falar acerca da cor negra. para trabalhar as diversidades existentes em nossa sociedade. No entanto, nada foi trabalhado sobre essa temática.

Cavalleiro (2005), durante seu processo de observação, enfatiza que referências positivas encontradas em revistas, filmes, jornais, músicas e documentários não são vistas e nem usados para suplementar o conteúdo dos livros didáticos. Ou seja, atividades como o centenário de Jackson, entre outras, deveriam contribuir na construção positiva da identidade negra.

Embora, nas respostas tenham sido relatados que suas atividades são pensadas a partir de história e cultura africanas e afro-brasileira, na prática não vimos situações em que fosse trabalhado a questão da identidade da criança negra.

Já sobre a formação, elas deixaram claro que:

e) Formação (inicial ou continuada): lidar com questões relativas a relações raciais

Quadro 5: formação (inicial ou continuada) relativas a relações raciais

Participantes	Respostas
GESTORA	Fiz algumas oficinas e muito pouco na minha formação inicial.
PSICÓLOGA	Minha formação e direcionamento é para lidar com pessoas. Questões de relações e problemáticas de modo mais específico com racismo não.
DOCENTE (1)	Não. Procurei me informar sozinha.
DOCENTE (2)	Não. Apenas a universitária (graduação e pós-graduação).

Fonte: Elaborado pela autora

Relacionado a formação, percebemos que algumas participantes não tiveram, ou procuraram sozinha, e até mesmo fizeram apenas oficinas.

Logo, percebemos que para uma educação antirracista, os profissionais precisam estar informados acerca destas temáticas. Assim, um dos primeiros passos a serem dados é lutar/buscar a inserção, nos cursos de formação de professores, sobre questões acerca da história e cultura africanas e afro-brasileira, das diversidades, da identidade negra. E buscar também cursos de especializações nestas áreas. Como afirma Dias

Os cursos de formação de professores para a educação infantil devem possibilitar que estes sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas. E isso por meio de experiências com filmes, danças, arte, música, teatro, entre outras linguagens que tragam os saberes científicos, as lutas e resistências desses povos (DIAS, 2012, p. 668).

Portanto, é importante que as profissionais estejam preparadas para lidar com essa temática. Pois, o papel das professoras nessa fase é de extrema importância, visto que caberá a elas mediar o processo da construção de identidade e saber lidar com os obstáculos que surgirão, ajudando na desconstrução do racismo e, da discriminação.

Dessa maneira, as educadoras que atuam nessa fase devem promover situações em que a criança reconheça suas particularidades positivamente, e saiba conviver com a diversidade existente no ambiente escolar, na sociedade.

Em meio as lutas, obtivemos avanços, a sanção da conhecida Lei 10.639/03. Ela incluiu no currículo oficial da rede de ensino público e privada a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tal lei, contempla reivindicações de longa data do movimento negro no Brasil. Uma notável e importante conquista que traz e provoca a discussão sobre a identidade histórica e cultural de matriz africana e afro-brasileira. Contudo, mesmo com criações de leis e avanços, a cor negra ainda é vista como algo pejorativo, associado a inferioridade, ao mal, que precisa se enquadrar a valores brancos.

No quadro a seguir, as profissionais respondem acerca da importância da Lei 10.639/03. Declarando que:

f) Importância da Lei 10.639/03

Quadro 6: Importância da Lei 10.639/03

Participantes	Respostas
GESTORA	Muito importante!
PSICÓLOGA	Eu desconheço a lei.
DOCENTE (1)	Importante para as crianças desde o ensino básico e médio obterem uma visão de igualdade e respeito à cultura e história afro-brasileira combater o preconceito étnico-racial.

DOCENTE (2) É fundamental para conscientização das escolas e educadores.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir das respostas conseguimos perceber que, embora essa lei seja de suma importância, existem profissionais que a desconhecem.

Para combater o racismo no ambiente escolar requer a atuação conjunta de todos os profissionais da instituição. Isso inclui o conhecimento das leis que contribuem no enfrentamento da discriminação.

Embora ainda seja apenas obrigatório “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares [...] o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira” (SANTOS, 2005, p. 32). Trabalhar na Educação Infantil essa temática, proporcionará uma desconstrução do racismo, uma aceitação da diversidade e uma construção identitária negra positiva desde a base.

Assim, a formação das profissionais precisa oferecer a base adequada para uma atuação profissional de alta qualidade. Deve promover aquisição mais específica sobre conteúdos como questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira.

Como enfatiza Gomes,

a escola não precisa fazer isso sozinha! Atualmente, além da lei 10.639/03 e das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, existe uma produção mais consistente sobre a temática racial que deve ser incorporada como fonte de estudo individual e coletivo dos(as) educadores(as). Além disso, existe uma quantidade significativa de grupos culturais, grupos juvenis, entidades do Movimento Negro, ONG's e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que podem ser chamados para dialogar e trabalhar conjuntamente com as escolas e com as secretarias de educação na construção e implementação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial. Pensamos que o diálogo, a discussão, a convivência respeitosa e digna entre os segmentos sociais supracitados, entre outros, são, de um lado, formas de superação do racismo e, de outro lado, formas de construção de uma verdadeira democracia racial. Esta é a meta que desejamos (GOMES, 2005, p. 60).

A escola não está sozinha nessa luta. Como afirma Gomes, “ela pode contar com grupos culturais, grupos juvenis, entidades do Movimento Negro, ONG’s e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros” (GOMES, 2005, p. 60).

As profissionais precisam possibilitar às crianças atividades, experiências de interação, que favoreçam o desabrochar da sua própria identidade.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p. 43).

As profissionais, como mediadoras do desenvolvimento da identidade da criança negra, têm um papel fundamental, o de construir meios no qual a criança possa sentir que há significados na sua identidade, na sua cultura. Assim, por meio de suas práticas, nas brincadeiras, histórias contadas, nas linguagens, construir positivamente a identidade da criança negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola, não só aprendemos conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, mas também reproduzimos representações sobre a diversidade existente em nossa sociedade. A criança reproduz o que a escola propaga, seja o que combata o racismo, ou o que reproduz. Dessa forma, as práticas pedagógicas voltadas para o ambiente escolar têm que ser pensadas para a diversidade, positiva, existente na escola. Tais como, atividades, brincadeiras, brinquedos, histórias contadas e nas linguagens. Assim, construir positivamente a identidade negra.

Cabe à escola contribuir para a formação da criança, especialmente no que se refere a sua identidade, buscando organizar tempos, espaços, relações e experiências formativas que permitam a apropriação efetiva de conhecimentos que vão além daqueles que já são presentes no cotidiano delas.

No entanto, a escola tem sido, ainda, um lugar onde a criança negra não consegue se ver positivamente. Embora existam elementos, imagens e indivíduos (imagens de diversas crianças nos muros; ilustração na entrada das salas de atividades; profissionais/trabalham na instituição e crianças), eles não estão sendo trabalhados na perspectiva positiva. As instituições educacionais se tornam um ambiente onde a criança não se reconhece, não se encontra.

Logo, para uma educação antirracista, as profissionais precisam estar informadas acerca destas temáticas. Um dos primeiros passos a serem dados é lutar/buscar a inserção, nos cursos de formação de professores, sobre questões acerca da história e cultura africanas e afro-brasileira, das diversidades, da identidade negra etc.

Assim, o presente trabalho objetivou investigar como a identidade da criança negra é construída em uma unidade de educação infantil. Diante disto, no primeiro capítulo apresentei a introdução, nela estão os motivos nos quais me levaram a escolher esse tema, a querer pesquisar sobre esta temática.

No segundo, tratei das particularidades referentes a base da educação básica, a Educação Infantil. Como, a faixa etária, período, finalidade etc. Trouxe também, como se deu o seu surgimento no Brasil e, as leis que a norteia (Constituição Federal 1988, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Base Nacional Comum Curricular, Lei 10.639/03).

Já o terceiro foi permeado por uma discussão sobre Identidade Negra. Discuti também sobre a construção positiva da identidade negra, suas singularidades e o papel crucial que a escola tem na contribuição para uma construção positiva da identidade negra na Educação Infantil.

Por fim, no último capítulo, que trata da invisibilidade: “[...] lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê”, apresentei a análise e as discussões feitas sobre os resultados. Mostrando que as profissionais têm um papel fundamental na construção positiva da identidade negra. E de construir meios no qual a criança possa sentir que há significados na sua identidade, na sua cultura.

Este trabalho contribuiu para minha formação, enquanto futura pedagoga, porque me fez refletir a cerca de uma temática extremamente importante e, pouco abordada no curso de pedagogia. Me levou também a entender o quão importante é discutir este assunto desde a base, desde a Educação Infantil.

Espero com essa pesquisa contribuir, e até mesmo incentivar discussões acerca desse tema que é tão importante. Que através deste trabalho, os cursos de pedagogia (educandos/as), possam refletir e empenhar-se ainda mais contra a discriminação e o racismo nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em:

<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSBRINCAR-WEB-CORRIGIDA.pdf>. Acessado em: 28/02/2020

Brasil. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 11/01/2020

_____. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.

Disponível em:

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 23/10/ 2019.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 23/10/ 2019

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 2005. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 12/11/ 2019.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm#art. Acesso em: 07/04/ 2020.

_____. Ministério da educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 26/11/ 2019.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11/01/ 2020.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 22/11/ 2019.

BRENNAND, Eládio José de Góes; MEDEIROS, José W. de Moraes; FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. Metodologia científica na educação a distância. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CARR, E. H. Que é história? Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CAVALLEIRO, E.S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto; 2000.

CAVALLEIRO, E.S. Discriminação Racial e Pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade 2005. Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 14/02/ 2020.

DIAS, Lucimar Rosas. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCAÇÃO INFANTIL E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: saberes e fazeres nesse processo. Revista Brasileira de Educação, vol. 17, n 51- Mato Grosso do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/10.pdf>. Acessado em: 26/02/2020.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FERNANDES, Marcella; MARTINELLI, Andréa. Blogue HuffPost, nov. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/nilma-lino-gomes-consciencia-negra_br_5dd41c37e4b03b9697186274. Acesso em: 15.02.2020

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Minas Gerais. 2003.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 18/12/ 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade 2005.

Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 13/01/ 2020.

GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos, et al. (Org.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

Disponível em:

http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/350588/mod_resource/content/1/Texto-Educa%C3%A7%C3%A3o%20Escolar.pdf. Acesso em: 13/01/ 2020.

PORTAL CORREIO. Decreto institui 'Ano Cultural Jackson do Pandeiro' na Paraíba. João Pessoa – PB, 2018. Disponível me:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/10/03/decreto-institui-2019-como-ano-cultural-de-jackson-do-pandeiro-na-pb.ghtml>. Acesso em: 04/02/2020

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei Nº 10.639/03 como fruto da luta Anti-Racista do Movimento Negro. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade 2005. Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 14/02/ 2020.

SARMENTO, M. J; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. (Org.). As crianças contexto e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.

Disponível em:

http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40377/1/MP_MJS_1997_crianças_contextos.pdf. Acesso em: 23/11/ 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tácia Gonçalves da. HISTORICIDADE DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE: um estudo de caso sobre o autorreconhecimento e o racismo. João Pessoa-PB, 2015.

Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2033/1/TGS24052016>. Acesso em: 20/01/ 2020.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. LINGUAGENS ESCOLARES E REPRODUÇÃO DO PRECONCEITO. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade 2005. Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 14/02/ 2020.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Editora Ltda. 4ª edição brasileira. São Paulo - SP 1991. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 21/11/ 2019.

APÊNDICE

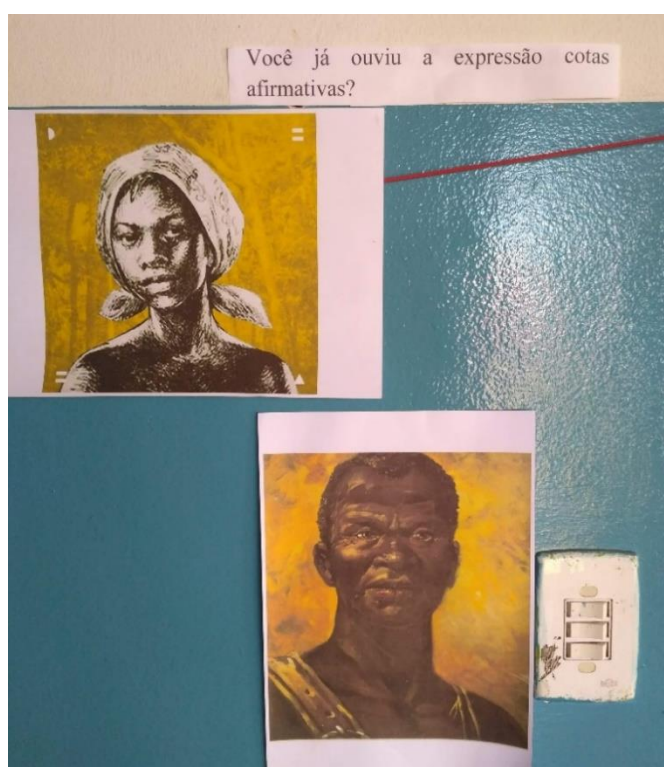
FIGURAS/IMAGENS UTILIZADAS NO TRABALHO

Figura 1: Bonecas de pano



Fonte: UOL ECONOMIA, 10/04/2020

Figura 2: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)



Fonte: acervo da autora

Figura 3: Atividade – semana da Consciência Negra (20 de novembro)



Fonte: acervo da autora

Figura 4: Profissionais que trabalham na escola e crianças



Fonte: acervo da autora

Figura 5: Profissionais que trabalham na escola e alunos



Fonte: acervo da autora

Figura 6: Ilustração onde as crianças decidem como querem ser recebidas



Fonte: acervo da autora

Figura 7: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



Fonte: acervo da autora

Figura 8: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



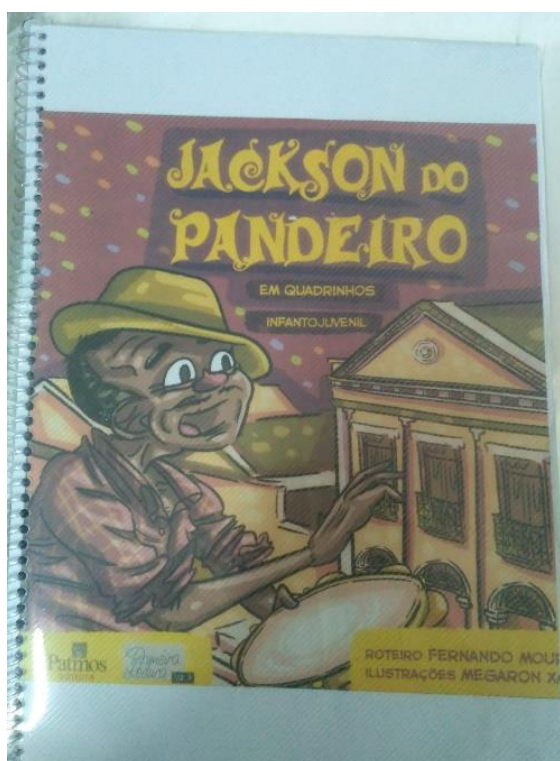
Fonte: acervo da autora

Figura 9: Muros da escola/desenhos de diversas crianças



Fonte: acervo da autora

Figura 10: Livro/quadrinho – Jackson do Pandeiro





Fonte: acervo da autora

Figura 11: Saci



Fonte: Pinterest, 14/03/2020

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p> <p>CENTRO DE EDUCAÇÃO</p> <p>DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES</p> <p>PEDAGÓGICAS</p>	
---	---	---

AUTORIZAÇÃO

Eu,

_____ ,
 RG _____ , abaixo assinado(a), autorizo Luciene Inácio, estudante de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que tem como título provisório **A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA** e está sendo orientado pela Prof^a Dr^a Surya Aaronovich Pombo de Barros.

João Pessoa, 04 de novembro de 2019.

 Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/ CURSO DE PEDAGOGIA

Prezados (as),

Diante da necessidade de informações sobre a pesquisa de campo para meu TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, gostaria da sua participação na Pesquisa intitulada “**A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA**” fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Espero contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua cor/raça?

2. Você acha que nesta escola existe racismo?

3. O grupo se declara contra o racismo?

4. Existem diferenças no desempenho entre alunos/as negros/as e brancos/as?

5. Xingamentos, depreciação do cabelo são considerados brincadeiras?

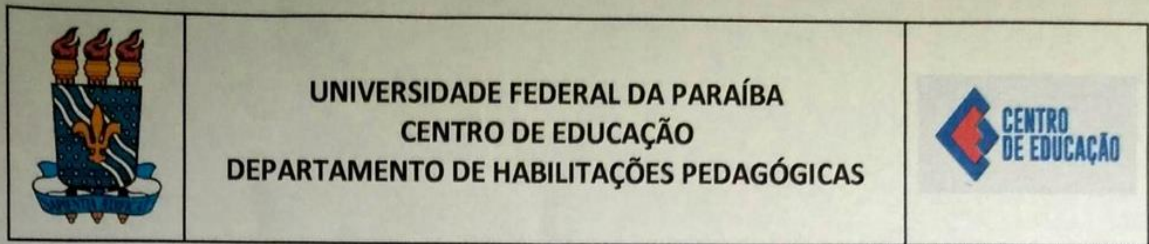
6. Como a questão racial é tratada no projeto político pedagógico e em seu plano de ação?

7. Você acredita que a escola reproduz as desigualdades raciais?

8. Você leva em consideração questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira quando prepara suas atividades?

9. Qual a importância da Lei 10.639/03?

10. Você teve formação (inicial ou continuada) para lidar com as questões relativas a relações raciais? Qual?



AUTORIZAÇÃO

Eu, Robério Galvão Bezerra Ramos,
RG 6.337.252, abaixo assinado(a), autorizo Luciene Inácio,
estudante de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso - TCC, que tem como título provisório **A INVISIBILIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA** e está sendo orientado
pela Prof^a Dr^a Surya Aaronovich Pombo de Barros.

João Pessoa, 04 de novembro de 2019.

Robério Galvão Bezerra Ramos

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/ CURSO DE PEDAGOGIA

Prezados (as),

Diante da necessidade de informações sobre a pesquisa de campo para meu TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, gostaria da sua participação na Pesquisa intitulada "A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA" fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Espero contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua cor/raça?

Preto

2. Você acha que nesta escola existe racismo?

Esta ano não presenciamos nenhuma situação

3. O grupo se declara contra o racismo?

Sim. E na medida do possível realizamos ações e projetos com o objetivo

4. Existem diferenças no desempenho entre alunos/as negros/as e brancos/as?

Sim.

5. Xingamentos, depreciação do cabelo são considerados brincadeiras?

Na escola procuramos trabalhar com a
crianças que determinam brincadeiras
não são consideradas brincadeiras quando
ofendem o outro.

6. Como a questão racial é tratada no projeto político pedagógico e em seu plano de ação?

Como ação diária de observação e intervenção.
Estamos sempre propondo atividades e
projetos neste tema.

7. Você acredita que a escola reproduz as desigualdades raciais?

Sim. Mas é nosso papel como espaço
educativo lutar a diminuir.

8. Você leva em consideração questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira quando prepara suas atividades?

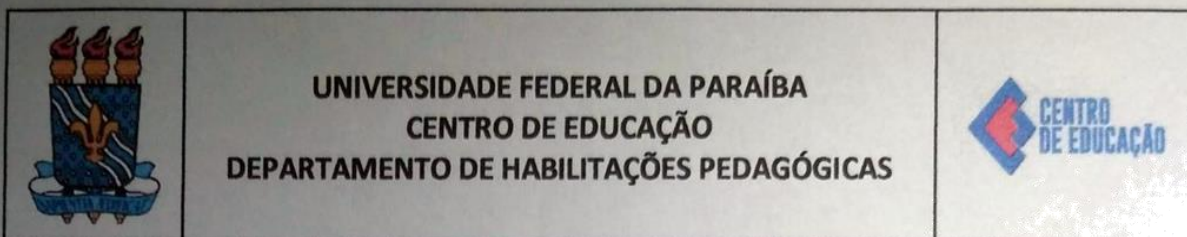
Com certeza. Nas aulas e em todas as disciplinas procuro contemplar.

9. Qual a importância da Lei 10.639/03?

Muito importante!

10. Você teve formação (inicial ou continuada) para lidar com as questões relativas a relações raciais? Qual?

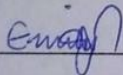
Fiz alguns cursos e muito pouco em minha formação inicial.



AUTORIZAÇÃO

Eu, Emilly da Silva Nascimento,
RG 2505716, abaixo assinado(a), autorizo Luciene Inácio,
estudante de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso - TCC, que tem como título provisório **A INVISIBILIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA** e está sendo orientado
pela Prof^a Dr^a Surya Aaronovich Pombo de Barros.

João Pessoa, 04 de novembro de 2019.



Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/ CURSO DE PEDAGOGIA

Prezados (as),

Diante da necessidade de informações sobre a pesquisa de campo para meu TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, gostaria da sua participação na Pesquisa intitulada “**A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA**” fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Espero contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua cor/raça?

Parda

2. Você acha que nesta escola existe racismo?

Já tivemos episódios que envolvam racismo na escola.
Como o racismo é presente na sociedade brasileira, a
manifestação é previsível de ocorrer.

3. O grupo se declara contra o racismo?

A escola procura promover atividades e direcionamentos que
promovam o respeito ao próximo, independentemente de seus

características individuais.

4. Existem diferenças no desempenho entre alunos/as negros/as e brancos/as?

Não fizemos avaliação comparativa que possa afirmar discriminação.

5. Xingamentos, depreciação do cabelo são considerados brincadeiras?

Não! São comportamentos que ofendem à dignidade e como tal são combatidas na escola por iniciativas que favoreça os Direitos Humanos.

6. Como a questão racial é tratada no projeto político pedagógico e em seu plano de ação?

São reconhecidas e respeitadas as diferenças, sem que qualquer característica física seja valorado, sem para aumentar ou diminuir à ninguém. Algumas atividades que tratam sobre a negritude, as raízes étnicas e misturas de raças que marcam a nossa população.

7. Você acredita que a escola reproduz as desigualdades raciais?

Eu acredito que não. Não presencio nenhuma atitude partindo de componentes da escola.

8. Você leva em consideração questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira quando prepara suas atividades?

Algumas atividades docentes, sim.

9. Qual a importância da Lei 10.639/03?

Eu desconheço a lei.

10. Você teve formação (inicial ou continuada) para lidar com as questões relativas a relações raciais? Qual?

Minha formação e direcionamento é para lidar com pessoas, questões de relações e problemáticas de modo mais específico com racismo, não.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS



AUTORIZAÇÃO

Eu, SIMONI CASTRO PONTES,
RG 90564559/RR, abaixo assinado(a), autorizo Luciene Inácio,
estudante de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso - TCC, que tem como título provisório **A INVISIBILIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA** e está sendo orientado
pela Prof^a Dr^a Surya Aaronovich Pombo de Barros.

João Pessoa, 04 de novembro de 2019.

Simoni Castro Pontes.

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/ CURSO DE PEDAGOGIA

Prezados (as),

Diante da necessidade de informações sobre a pesquisa de campo para meu TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, gostaria da sua participação na Pesquisa intitulada “**A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA**” fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Espero contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua cor/raça?

Parda.

2. Você acha que nesta escola existe racismo?

Não. Qualquer demonstração de racismo as professoras trabalham junto com toda a sala esse racismo.

3. O grupo se declara contra o racismo?

Sim. Todos os professores.

4. Existem diferenças no desempenho entre alunos/as negros/as e brancos/as?

Não.

5. Xingamentos, depreciação do cabelo são considerados brincadeiras?

Não, não são.

6. Como a questão racial é tratada no projeto político pedagógico e em seu plano de ação?

Trabalhamos o ano inteiro com as diferenças, mas quando notamos algum tipo de racismo intensificamos. Também temos mais visibilidade no dia da consciência negra.

7. Você acredita que a escola reproduz as desigualdades raciais?

A escola como escola não.

8. Você leva em consideração questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira quando prepara suas atividades?

Sim. Na questão de hábitos, culinária, músicas e danças.

9. Qual a importância da Lei 10.639/03?

Importante para os cidadãos desde o ensino básico e médio obterem uma visão de igualdade e respeito à cultura e história afro-brasileira. Combater o preconceito étnico-social.

10. Você teve formação (inicial ou continuada) para lidar com as questões relativas a relações raciais? Qual?

Não. Recebi me informar minha.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS



AUTORIZAÇÃO

Eu, AMANDA SOUSA GALVINO,
RG 29 76 2 34, abaixo assinado(a), autorizo Luciene Inácio,
estudante de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso - TCC, que tem como título provisório **A INVISIBILIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA** e está sendo orientado
pela Prof^a Dr^a Surya Aaronovich Pombo de Barros.

João Pessoa, 04 de novembro de 2019.

Amanda Sousa Galvino

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/ CURSO DE PEDAGOGIA

Prezados (as),

Diante da necessidade de informações sobre a pesquisa de campo para meu TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, gostaria da sua participação na Pesquisa intitulada “A INVISIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA” fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Espero contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

QUESTIONÁRIO

1. Qual sua cor/raça?

Eu me considero mestiça.

2. Você acha que nesta escola existe racismo?

Em todos os lugares, por mais
velados, ou seja, ainda existe racismo.
Hoje e historicamente o racismo faz
parte da própria cultura brasileira,
por isso o racismo e cultura, as vezes,
é uma coisa difícil.

3. O grupo se declara contra o racismo?

CA EEBAS com certeza é uma
escola que o tempo toda reflete

suas práticas para combater o racismo.

4. Existem diferenças no desempenho entre alunos/as negros/as e brancos/as?

Não. Existe diferenças causadas por outros condicionantes.

5. Xingamentos, depreciação do cabelo são considerados brincadeiras?

Não. Mas ~~é~~ é comum que isso aconteça na escola. O mesmo papel é ficar mais atentos a esses episódios e não deixar que eles se repitam.

6. Como a questão racial é tratada no projeto político pedagógico e em seu plano de ação?

O PPP da escola inclui a lei 10.639/03 e busca a partir de diversas ações problematizar e incluir a cultura afro-brasileira nas atividades.

7. Você acredita que a escola reproduz as desigualdades raciais?

A instituição escolar, assim como outros, é ainda um lugar em que

as desigualdades estão presentes. O mesmo papel enquanto escola é identificá-los e combatê-los.

8. Você leva em consideração questões relacionadas à história e cultura africanas e afro-brasileira quando prepara suas atividades?

Sim. Em especial, nos aulas de história e língua portuguesa.

9. Qual a importância da Lei 10.639/03?

É fundamental para conscientização dos escolas e educadores.

10. Você teve formação (inicial ou continuada) para lidar com as questões relativas a relações raciais? Qual?

Não, apenas a universitária (graduação e pós-graduação).